

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo da ciências sociais aplicadas
1 [recurso eletrônico] / Organizador Carlos Antonio de Souza
Moraes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-945-5

DOI 10.22533/at.ed.455202101

1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.
I. Moraes, Carlos Antonio de Souza.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Obra “Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Sociais Aplicadas” objetiva promover o debate científico através de problematizações totalizando 50 capítulos. De forma geral, a obra tem, predominantemente como linha condutora, o tema da desigualdade social e das políticas públicas. A desigualdade abordada, em alguns capítulos, a partir do debate em espaços urbanos e rurais, problematizando nestes espaços, a participação de sujeitos sociais, com destaque para as mulheres, assistentes sociais, profissionais de educação, estudantes, trabalhadores rurais, homossexuais, imigrantes, dentre outros. Tais estudos foram desenvolvidos em instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, que apresentam análises pautadas em relevância acadêmica e impacto social, possibilitando-nos sua categorização em 2 volumes e 10 blocos, a saber:

O primeiro bloco do volume 1, compreendido entre o capítulo 01 e 09, problematiza a desigualdade social, as migrações contemporâneas e as políticas públicas; o segundo, organizado entre os capítulos 10 e 14 aborda temas vinculados ao trabalho precário, suas implicações para a saúde dos trabalhadores, além do exercício profissional de assistentes sociais em hospital. Posteriormente, o bloco 03, problematiza, entre os capítulos 15 e 19, a violência obstétrica, sexual, psicológica e física sofrida por mulheres, bem como, aborda, a qualidade de vida de estomizados. O bloco 04 discute, entre os capítulos 20 e 23, a gestão estratégica e o diagnóstico organizacional centrados no reconhecimento institucional, na eficiência administrativa e no capital psicológico.

O bloco 05 do volume 2, compreendido entre os capítulos 01 e 12 apresenta significativas contribuições sobre o debate da cidade, do planejamento urbano, da mobilidade urbana e da segurança pública. O bloco 06 aborda, entre os capítulos 13 e 16, o rural, as práticas e a produção agrícola. O bloco 07, compreendido entre os capítulos 17 e 18, discute a agroindústria e o agronegócio da avicultura; O bloco 08, problematiza entre os capítulos 19 e 23, elementos vinculados a educação básica, ao ensino médio, técnico e superior. Posteriormente, o bloco 09 apresenta, entre os capítulos 24 a 26, estudos que mediam o debate da educação com a cultura, além daqueles relacionados à arte, a diplomacia midiática e o jornalismo internacional; Por fim, o bloco 10, organizado no capítulo 27, recorre a sociologia da arte, para reconstruir a trajetória de juventude do poeta e intelectual, Ferreira Gullar.

Para construção dos capítulos, metodologicamente, os autores recorreram a pesquisas bibliográficas, empíricas, estudos de caso, dentre outros, a fim de contribuir para descortinar aparências e fundamentar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pelos temas ora apresentados.

Por fim, o livro que o leitor tem em mãos, merece sua leitura atenta e cuidadosa,

capaz de germinar novas perguntas de pesquisa e contribuir para construção de novos tempos, por meio do enfrentamento da desigualdade social e do fortalecimento da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, da política pública e do empenho no enfrentamento da violência e da discriminação, temas abordados ao longo deste volume e que nos desafiam para a tarefa de repensar o mundo.

Carlos Antonio de Souza Moraes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)	
Aleteia Hummes Thaines Daniel Luciano Gevehr Dilani Silveira Bassan	
DOI 10.22533/at.ed.4552021011	
CAPÍTULO 2	14
ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI	
Aline dos Santos Pimentel Abner Vilhena de Carvalho Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho Jarsen Luis Castro Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.4552021012	
CAPÍTULO 3	26
UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA	
Stela Rodrigues Lopes Gomes Matheus Gomes do Carmo de Souza Alex Eugênio Altrão de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4552021013	
CAPÍTULO 4	46
A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO	
Daniele do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021014	
CAPÍTULO 5	66
FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCARTALISTA	
Luiz Alberto Marques Vieira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.4552021015	
CAPÍTULO 6	88
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Priscilla Paola Severo Clovis Gorczewski	
DOI 10.22533/at.ed.4552021016	

CAPÍTULO 7	101
ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Huama Maximo Elizete Conceição Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021017	
CAPÍTULO 8	112
UNIÃO HOMOAfetiva: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO	
Marina Quirino Itaborahy Julie Affoso Novaes Victória Penha de Oliveira Fernanda Lourenço da Silva Gustavo Schaper Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4552021018	
CAPÍTULO 9	126
A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB	
Camila Luana Teixeira Freire Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4552021019	
CAPÍTULO 10	137
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES	
Inácio Ferreira Façanha Neto Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha	
DOI 10.22533/at.ed.45520210110	
CAPÍTULO 11	151
TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Larissa dos Santos Ferreira Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210111	
CAPÍTULO 12	162
O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210112	

CAPÍTULO 13 174

COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA

Maira Angélica Dal Conte Tonial
Jacson Bacin Vicente

DOI 10.22533/at.ed.45520210113

CAPÍTULO 14 186

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO

Roberta Clévia Malaquias de Oliveira
Anarita de Souza Salvador
Kátia Gerlânia Soares Batista

DOI 10.22533/at.ed.45520210114

CAPÍTULO 15 196

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Edinilza da Silva Machado Medeiros
Andréia de Oliveira Silva
Carlana Faria Rocha
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

DOI 10.22533/at.ed.45520210115

CAPÍTULO 16 205

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE

Bruna Venturin
Franciéle Marabotti Costa Leite
Dherik Fraga Santos
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Mariana Zoboli Ambrosim
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Jasmine Cristina Soares Xavier
Maria Luiza Cunha Santos
Joyce Ferreira Reis
Solange Drummond Lanna

DOI 10.22533/at.ed.45520210116

CAPÍTULO 17 215

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Mayara Alves Luis
Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Karina Rosa Paiva
Tamires Paulo Ceccon
Karina Fardin Fiorotti
Dherik Fraga Santos
Odelle Mourão Alves
Getúlio Sérgio Souza Pinto

DOI 10.22533/at.ed.45520210117

CAPÍTULO 18 225

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Mayara Alves Luis
Odelle Mourão Alves
Letícia Peisino Buleriano
Sthéfanie da Penha Silva
Gracielle Pampolim
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Fábio Lúcio Tavares

DOI 10.22533/at.ed.45520210118

CAPÍTULO 19 236

QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Maurício Almeida
Mauro Lúcio de Oliveira Júnior
Rodrigo Silva Nascimento
Keveenrick Ferreira Costa
Priscila Figueiredo Campos

DOI 10.22533/at.ed.45520210119

CAPÍTULO 20 251

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Fernanda Schuhli Bourges

DOI 10.22533/at.ed.45520210120

CAPÍTULO 21 266

GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO

Andrey Teixeira
César Niero
Eduardo de Sousa Gaspar
Eduardo Pavan Rodrigues
Hildebrando da Rocha de Souza Neto
Ian Nunes
Jean Bergmam
João Vitor Correa Bressan
Larissa Pereira
Lucas Buratto
Marcelo Henrique Antonin
Richardy Willian Felisberto

DOI 10.22533/at.ed.45520210121

CAPÍTULO 22 284

GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC INSTITUTION CURITIBA/PR

Patricia de Matos

DOI 10.22533/at.ed.45520210122

CAPÍTULO 23	290
CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO (<i>PSYCAP</i>) Valeria Araujo Furtado DOI 10.22533/at.ed.45520210123	
SOBRE O ORGANIZADOR	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E ÍNICIO DO SÉCULO XXI

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 14/10/2019

Aline dos Santos Pimentel

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Ciências Econômicas e
Desenvolvimento Regional (PCEDR)
Santarém – Pará, Brasil <http://lattes.cnpq.br/4216829959890848>

Abner Vilhena de Carvalho

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Ciências Econômicas e
Desenvolvimento Regional (PCEDR)
Santarém – Pará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8971980101556291>

Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Pós Graduação em Ciências da
Sociedade (PPGCS)
Santarém – Pará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2521446909903936>

Jarsen Luis Castro Guimarães

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
Programa de Ciências Econômicas e
Desenvolvimento Regional (PCEDR)
Santarém – Pará, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2403664119078137>

RESUMO: O presente estudo visa investigar o impacto das dimensões – renda, educação e longevidade – que compõem o IDHM na

formação deste indicador de desenvolvimento humano no território da Amazônia Legal, com o propósito de contribuir na análise e discussão das políticas públicas voltadas para as dimensões que menos impactaram a composição do IDHM, assim como, verificar a evolução e comportamento daquele indicador e suas dimensões na Amazônia Legal. Utilizando-se do instrumental econométrico baseado na modelagem de mensuração de impacto, com os dados de IDHM padronizados na estrutura de painel curto, disponibilizados pelo Atlas do desenvolvimento humano, correspondentes aos períodos censitários de 1991, 2000 e 2010. Dentre os principais resultados, destaca-se que a dimensão Educação do IDHM foi a que menos impactou na composição do IDHM, revelando um impacto de 0,713549 – em termos de desvio-padrão igual a 1, ou seja, esta foi a dimensão que menos contribui para a formação do indicador sintético IDHM, no período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Renda. Longevidade. Educação. Desenvolvimento. Amazônia Legal.

STANDARDIZED ANALYSIS OF IDHM IN
THE LEGALAMAZON AT THE END OF
THE TWENTIETH CENTURY AND IN THE
CENTURY OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: The present study aims to

investigate the impact of the dimensions - income, education and longevity - that compose the HDI in the formation of this indicator of human development in the territory of the Legal Amazon, with the purpose of contributing to the analysis and discussion of public policies focused on the dimensions that less impacted the composition of the HDI, as well as to verify the evolution and behavior of that indicator and its dimensions in the Legal Amazon. Using the econometric instruments based on the impact measurement modeling, with the standardized HDI data in the short-panel structure, made available by the Human Development Atlas, corresponding to the census periods of 1991, 2000 and 2010. Among the main results, it stands out that the educational dimension of the HDI was the one that had the least impact on the composition of the HDI, showing an impact of 0.713549 - in terms of standard deviation equal to 1, that is, this was the dimension that least contributes to the formation of the indicator in the analyzed period.

KEYWORDS: Income. Longevity. Education. Development. Legal Amazon.

1 | INTRODUÇÃO

Mensurar o bem estar e verificar as condições de vida desempenhadas por uma população é extremamente válidos para alcançar os objetivos de viver melhor, mais feliz e completo além de investigar descompassos existentes entre o quadro existente com o almejado. No contexto mundial essa preocupação ganhou destaque desencadeando uma conceituação de desenvolvimento que nas últimas décadas passou por algumas modificações até chegar ao desenvolvimento humano, cuja ênfase é dada nas pessoas por meio de conquistas legítimas.

Têm-se discutido os caminhos possíveis para ter acesso a melhores desempenhos socioeconômicos de uma sociedade, ou seja, melhora no nível de desenvolvimento humano. Uma das possibilidades referem-se ao acesso a maiores níveis de renda, pois estes estimulariam melhores desempenhos em diversos aspectos sociais, como educação, cultura, saúde e meio ambiente. Contudo, estes podem ou não ser sustentados por essa dimensão (renda).

O desenvolvimento deve ser entendido como um processo de transformação da sociedade, relacionado a mudanças qualitativas significativas, que em geral acontecem de forma cumulativa. Decerto, alterações no nível de expectativa de vida estão associadas a diversas oportunidades sociais que são cruciais como serviços de saúde, desempenho educacional, liberdades políticas que fomentam uma melhor qualidade de vida para a população, mesmo dispondo de baixos níveis de renda, a ênfase nesses serviços é válida, sobretudo em economias pobres, na qual tais disposições contribuíram para o crescimento econômico (VEIGA, 2010).

As principais ênfases que induzem o processo de desenvolvimento de toda e qualquer sociedade, estão relacionadas à liberdade, em todas as suas adjetivações, sejam políticas, econômicas e sociais para os individuais e/ou coletivas. Dentro

dessa perspectiva, Veiga (2010, p. 34) salienta que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos”.

A fim de que o processo de desenvolvimento seja identificado deve existir harmonia entre os diferentes aspectos sociais, assim, informações sobre a verdadeira situação de localidades são essenciais, como população, economia, meio ambiente dentre outras, para que as autoridades públicas possam construir um planejamento e estratégias visando destacar ou reforçar oportunidades em suas variadas dimensões para a sociedade em geral.

Por essas razões, tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos envolvem o processo de identificação da realidade de determinado local, já que alterações no nível de desenvolvimento são consideradas qualitativas, enquanto que, no crescimento as mudanças são quantitativas.

Da contextualização apresentada, emerge o seguinte questionamento a ser respondido: Quais as dimensões determinantes para os níveis de desenvolvimento humano alcançados Território da Amazônia Legal? Portanto, apresenta-se como objetivo a mensuração do impacto de cada dimensão (renda, educação e longevidade) para formação geral do IDHM no Território da Amazônia Legal, a partir da dinâmica socioeconômica dos municípios que compõem esse território.

2 | O LIMIAR ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO, O DESENVOLVIMENTO HUMANO DE AMARTYA SEN E O IDHM

O fenômeno do desenvolvimento pode ter muitas definições e explicações que a cada dia, inúmeros autores procuram conceituar. A resposta para o que vem a ser desenvolvimento, conforme Veiga (2010) segue três formas básicas de formulações que pode ou não ser a resposta real para a interrogativa: a) primeiramente, a crença de o desenvolvimento ser comparado ao crescimento econômico, encontrando-se brechas para duvidarmos de tal exposição, pois se trata de duas definições totalmente diferentes; b) A segunda resposta é a afirmação de que o desenvolvimento é um grande mito ou uma manipulação da realidade. Aqui, segundo Veiga (2010), as pessoas que seguem esse raciocínio não são passíveis de estudar o desenvolvimento sustentável e; c) A terceira afirmativa diz respeito ao caminho do meio, ou seja, seria a tentativa de contrapor que o desenvolvimento não é reles ilusão e nem se compara ao crescimento. Contudo, alguns estudiosos tendem a encontrar a solução para o verdadeiro significado de desenvolvimento, descartando as hipóteses anteriores e formulando suas próprias teorias desenvolvimentistas (VEIGA, 2010).

A noção de o crescimento ser sinônimo de desenvolvimento tem a ver com a

possível ideia de a distribuição de renda melhorar a vida da população e levar ao desenvolvimento econômico, porém, essa melhoria atinge apenas parte da sociedade, ficando de fora muitas pessoas necessitadas. Para tanto, na premissa de que o desenvolvimento não tem nada a ver com o crescimento econômico, o crescimento vem a ser o aumento na quantidade do produto, enquanto o desenvolvimento tem a ver com qualidade de vida, ou seja, a quantidade *versus* qualidade (SOUZA, 2012).

Essa diferença causa bastante impacto na vida da população, pois, a interdependência gerada é algo necessariamente importante para o progresso. Apesar do aumento da renda *per capita* (que pode ser entendido como facilitador do crescimento econômico) influenciar diretamente no desenvolvimento, não se podem descartar outros elementos importantes como educação e saúde, pressupostos básicos da sociedade e que se correlacionam diretamente com a renda (SOUZA, 2012).

Por isso, é necessário se ter um olhar para os principais serviços sociais destinados às pessoas como educação e saúde, sendo os principais determinantes de uma vida saudável e mais duradoura, de acordo com Veiga (2010), a renda *per capita*, não é pressuposto essencial para se compreender o desenvolvimento.

2.1 Desenvolvimento Humano, a Teoria De Sen e o Idhm

A liberdade atribuída como um dos problemas antigos no mundo moderno é vista por Amartya Sen como um dos acessórios básicos para o desenvolvimento, ou seja, para o autor indiano, ganhador do Nobel de economia de 1998, o qual se dedicou, especialmente, a escrever sobre a teoria do desenvolvimento e a liberdade, ver esta última palavrinha como o suporte essencial para eliminar os limites das escolhas e das oportunidades que o ser humano insiste em obter (VEIGA, 2010).

A busca pela liberdade e o meio de se chegar ao desenvolvimento vem a ser explicado por Sen (2001) na obra “Desenvolvimento *como liberdade*”, devendo este promover a remoção das principais fontes de privação da liberdade – pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos, além de requerer a adição dos elementos necessários para a sobrevivência humana, saúde, educação, direito de participar da vida pública e, porventura, o aumento nas rendas individuais (SEN, 2001).

O processo rumo ao desenvolvimento leva a considerar que a liberdade é fruto desta noção, uma vez que participa como averiguação do aumento da liberdade individual e se torna eficaz ao se tratar da condição de agente do ser humano em buscar o ato do desenvolvimento. Essa interligação entre o indivíduo sendo livre e a busca do desenvolvimento é de grande relevância, pois, as pessoas procuram por

si mesmas as oportunidades de participar de fatos políticos e de lutar por melhorias de vida (SEN, 2001).

Além disso, outro aspecto importante para o desenvolvimento, é a longevidade, vista por Sen (2001) como algo muito além da riqueza, e nos permite repensar a ideia de concentrar riqueza e viver pouco para a possível realização de viver bem e por muito tempo.

O desenvolvimento vem sendo analisado constantemente pelos relatórios anuais do Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD), chegando a conclusão de que as pessoas precisam da liberdade de escolha e qualidade de vida para viver melhor. Na intenção de descartar a hipótese de o desenvolvimento ser igual ao crescimento econômico, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo PNUD para explicar o que vem a ser desenvolvimento (VEIGA, 2010).

O desenvolvimento econômico no Brasil vem sendo almejado constantemente entre todos os atores sociais e cidadãos brasileiros, mas para se chegar a tal feito é necessário muitas mudanças que influenciarão o crescimento econômico do país (ATLAS, 2013). Por isso é importante que os objetivos essenciais sejam traçados para a sociedade, a fim de atribuir o bem-estar social e uma vida digna para a população.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen em 1990, com intuito de proporcionar às pessoas uma vida mais humana. O IDH teve grande importância e serviu de suporte e posteriormente substituído para o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o qual apresentava algumas falhas no modo de medir o desenvolvimento, como o fato de estabelecer apenas uma dimensão para a análise e, portanto, a necessidade de se ter um indicador que mostrasse a realidade dos seres humanos era extremamente viável (ATLAS, 2013; VIDIGAL, 2014).

O IDH compara a realidade dos indivíduos de acordo com três dimensões analisadas separadamente, correlacionadas entre si, que são: *i)* Longevidade – a qualidade de vida necessária para se viver bem; *ii)* Educação – expansão do conhecimento em detrimento a liberdade de decisão do indivíduo; e, *iii)* Renda – permite o acesso às necessidades básicas e o livre arbítrio (ATLAS, 2013).

O IDH (global) deu as ferramentas necessárias para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro, possuindo as mesmas características do IDH global, consideração as três dimensões. O IDHM varia de 0 a 1 sendo analisado (interpretado) na escala da Figura 1:

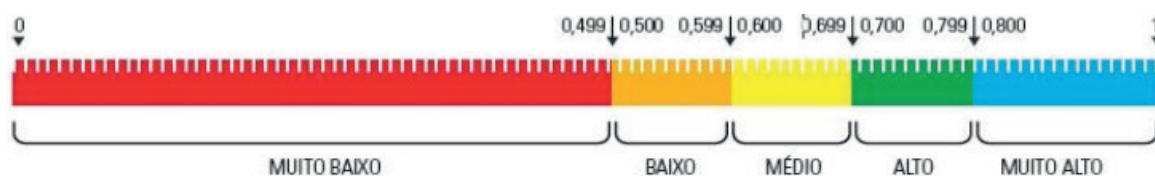


Figura 1: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

O IDHM é importante para a população brasileira, pois se limita a entender as reais necessidades das pessoas, e, analisando cautelosamente as três dimensões é capaz de descobrir um número que possa comparar as principais dificuldades de cada região. Apesar disso, este recebe constantemente críticas a respeito da maneira como os três elementos são analisados. O fato de ser uma média entre os três indicadores, descarta as possíveis desigualdades que podemos encontrar em determinado lugar, dependendo das suas peculiaridades, afetando o nível de bem-estar da sociedade (ATLAS, 2013; VIDIGAL, 2014).

Contudo, para se construir um IDHM adequado às necessidades do país é importante à utilização de indicadores brasileiros que demonstrem a realidade dos indivíduos e sejam disponíveis dados comparáveis entre todos os municípios. A forma de cálculo do IDH sofreu mudanças em sua estrutura para melhor compreensão e transparência, antes a construção era feita conforme explica Anand e Sen (1994) *apud* Vidigal (2014, p. 35), realizada em três etapas:

A primeira etapa consistia na estimação de uma medida de privação ou carência relativamente às variáveis que compõem o índice. Elegiam-se limites ideais ou desejados (valores máximos) e limites mínimos (obtidos pelo mais alto valor observado) dos indicadores sociais em questão e, por conseguinte, eram calculados os déficits de cada indicador em relação aos valores limites. Vidigal (2014) acrescenta que para cada resultado era possível atribuir uma medida pra I_{ij} , sendo i cada indicador e j o local, formando a equação abaixo:

$$I_{ij} = \frac{\max(X_{ik}) - X_{ij}}{\max(X_{ik}) - \min(X_{ik})} \quad (2.1), \quad \text{onde } 0 < I_{ij} < 1 \text{ e } j = 1, \dots, k.$$

Na segunda etapa era calculada a média de privação ou carência através na média aritmética simples conforme a equação (2.2) e, a partir de então feita a junção das duas formulas (2.1 e 2.2) chegando à equação (2.3).

$$I_j = \frac{1}{3} \sum_{i=1}^3 I_{ij} \quad (2.2); \quad IDH_j = \frac{1}{3} \sum_{i=1}^3 IDH_{ij} \quad (2.3)$$

Assim, o IDH permaneceu com as três dimensões. A alteração deu-se apenas na medida da educação, avaliando a escolaridade, com peso 1 e o fluxo escolar com peso 2, sendo o resultado da dimensão a média entre as duas variáveis. A medida da longevidade mostra a média de anos que o indivíduo viveria em determinada localidade a partir do seu nascimento. E por fim, a renda *per capita* é a soma de todas as rendas, dividido por todos os habitantes, incluindo as crianças e aqueles que não possuem rendimentos (ATLAS, 2013). A principal mudança ocorrida na construção do IDH foi na forma de cálculo, antes estimada como média aritmética e

agora geométrica:

$$IDH_j = \sqrt[3]{IDH_{ij}} \quad (2.4)$$

Portanto, o índice de desenvolvimento humano de uma localidade j é a raiz cúbica das três dimensões estudadas. O novo cálculo é visto por muitos teóricos como de fácil entendimento, podendo comparar entre regiões os principais elementos que compõem o indicador. Além disso, demonstra aos formuladores de políticas que não somente o crescimento econômico leva ao progresso, as outras variáveis, educação e saúde, também contribuem muito para o incremento do desenvolvimento econômico (VIDIGAL, 2014).

3 | ESPECIFICAÇÕES METODOLÓGICAS - ÁREA DE ABRANGÊNCIA, BASE DE DADOS E A REGRESSÃO COM VARIÁVEIS PADRONIZADAS

A Amazônia é uma região onde se encontra uma biodiversidade rica em recursos naturais e uma população carente de desenvolvimento econômico e social, por isso, a necessidade de realização de pesquisas no âmbito amazônico (BRASIL, 2008).

A pesquisa se dará com ênfase nos estados da Amazônia Legal, o qual permitirá uma visão mais abrangente da realidade econômica da nossa região que necessita de um olhar mais crítico. A Amazônia Legal compreende os estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (apenas a porção oeste) (FREITAS, 2004).

Serão apresentados dados secundários dos indicadores brasileiros de educação, longevidade e renda *per capita* da população brasileira por meio do Atlas do desenvolvimento humano do Brasil 2013, o qual contém mais de 200 indicadores extraídos do Censo Demográfico dos anos 1990, 2000 e 2010.

O Atlas colabora na consolidação de um diálogo informado e embasado sobre desenvolvimento a partir de uma referência utilizada internacionalmente – o Índice de Desenvolvimento Humano, além de ser um instrumento de estímulo ao uso de dados socioeconômicos para a análise da nossa sociedade, sendo um instrumento de grande importância e transparece as principais realidades do país dentre os mais diversos elementos de análise de uma sociedade, como os de saúde, educação e renda, permitindo direcionar soluções para os déficits existentes a fim de proporcionar um futuro melhor para a população (ATLAS, 2013).

O modelo clássico de regressão é realizado com duas variáveis e a regressão múltipla (a mais simples) é realizada com três, portanto, pode ser expressa da seguinte forma (GUJARATI; PORTER, 2011):

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{1it} + \beta_2 X_{2it} + \beta_3 X_{3it} + \varepsilon_{it} \quad (3.1)$$

Sabemos que “as unidades em que o regressando e regressor(es) estão expressos afetam a interpretação dos coeficientes de regressão. Isso pode ser evitado se nós dispusemos a expressar regressando e regressor como *variáveis padronizadas*” (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 175). A padronização das variáveis é realizada subtraindo o valor da média da variável de seus valores individuais e dividindo-se a diferença pelo desvio padrão dessa variável:

$$Y_{it}^* = \frac{Y_{it} - \bar{Y}}{S_Y}; X_{it}^* = \frac{X_{it} - \bar{X}}{S_X} \quad (3.2)$$

Onde:

\bar{Y} = média amostral de Y; S_Y = desvio-padrão amostra de Y; \bar{X} = média amostral de X; S_X = desvio-padrão amostra de X; Y_{it}^* e X_{it}^* são as chamadas *variáveis padronizadas*.

Cabe ressaltar que, uma propriedade interessante das variáveis padronizadas, Gujarati e Porter (2011) é que sua média é sempre zero e seu desvio-padrão é sempre igual a um, não importando, em que unidades se expressem o regressando e os regressores. De posse das variáveis padronizadas, podemos calcular a regressão em termos destas variáveis:

$$Y_{it}^* = \beta_0^* + \beta_1^* X_{1it}^* + \beta_2^* X_{2it}^* + \beta_3^* X_{3it}^* + \varepsilon_{it}^* \quad (3.3)$$

Numa regressão envolvendo regressando e regressor(es) padronizados, o termo de intercepto sempre será zero, e os coeficientes de regressão são conhecidos na literatura como *coeficientes beta* (GUJARATI; PORTER, 2011). Portanto, os coeficientes beta da regressão (3.3) medem:

- β_1^* : o impacto da variável X_{1it}^* em Y_{it}^* , em termos de desvio-padrão.
- β_2^* : o impacto da variável X_{2it}^* em Y_{it}^* , em termos de desvio-padrão.
- β_3^* : o impacto da variável X_{3it}^* em Y_{it}^* , em termos de desvio-padrão.

Assim, se regressor padronizado (X_{1it}^*) aumenta em 1 desvio-padrão, em média, o regressando padronizado (Y_{it}^*) aumenta em (β_1^*) unidades de desvio-padrão. A vantagem do modelo padronizado em relação ao modelo tradicional fica mais aparente quando há mais de um regressor, Gujarati e Porter (2011):

Ao padronizar os regressores, estamos pondo todos eles em uma mesma base e podemos assim, compará-los diretamente. Se o coeficiente de um regressor padronizado for maior que o de outro regressor padronizado que conste do mesmo modelo, então ele contribui mais em relação à explicação do regressando do que o segundo. Em outras palavras, podemos usar os coeficientes beta como medida da força relativa dos vários regressores (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 176).

Ou seja, ao estimar os coeficientes da equação de regressão denotada em (3.3.3) estaremos medindo o efeito não em termos das unidades originais em que Y

e os X 's foram expressos, mas em unidades de desvio-padrão.

A modelagem econométrica segue a descrição do modelo de regressão padronizada com parâmetros estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MMQO) tendo o Índice de Desenvolvimento Humano ($IDHM$) como variável dependente e as dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano: Renda ($IDHMRenda$), Longevidade ($IDHlongevidade$) e, Educação ($IDHeducação$) como as variáveis explicativas:

$$IDHM_{it}^* = \beta_0^* + \beta_1^* IDHrenda_{it}^* + \beta_2^* IDHlongevidade_{it}^* + \beta_3^* IDHeducação_{it}^* + \varepsilon_{it}^* \quad (3.4)$$

Onde: $IDHM_{it}^*$ = IDHM padronizado do município i no tempo t ;
 $IDHrenda_{it}^*$ = IDHM padronizado da dimensão renda do município i , tempo t ;
 $IDHlongevidade_{it}^*$ = IDHM padronizado da dimensão longevidade do município i , tempo t . $IDHeducação_{it}^*$ = IDHM padronizado da dimensão educação do município i , tempo t .

β_0^* = termo de intercepto da regressão e; ε_{it}^* = termo erro estocástico.

β_1^* = coeficiente beta1; i =municípios (1, ...,12); t = anos (1991, 2000 e 2010).

β_2^* = coeficiente beta2; i =municípios (1, ...,12); t = anos (1991, 2000 e 2010).

β_3^* = coeficiente beta3; i =municípios (1, ...,12); t = anos (1991, 2000 e 2010).

4 | INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS MODELO

O diagnóstico de painel do Gretl para o modelo econométrico apontou pelo teste de Breusch-Pagan (BP) $LM = 11,3082$ com p -valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(1) > 11,3082) = 0,000771668$ contrariando a hipótese nula de que o modelo MQO agrupado (*pooled*) é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios. No teste de Hausman, a estatística de teste foi de $H = 2,24204$ com p -valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(3) > 2,24204) = 0,523716$ confirma a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente, invalidando a hipótese alternativa da existência do modelo de efeitos fixos. Isso significa que os coeficientes de efeitos aleatórios são, além de não viesados e consistentes, os mais eficientes para estimação do modelo proposto no estudo.

Os resultados da estimação do modelo de regressão com Efeitos Aleatório (EA) pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MMQO), estão dispostos na Tabela 1:

VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS	IDHMrenda _{it} *	IDHMlongevidade _{it} *	IDHMeducação _{it} *
Coefficientes (Erro Padrão)	0,158058 (0,0149882)	0,151110 (0,0296767)	0,713549 (0,0253996)
T	10,55	5,092	28,09
p-valor	2,78e-010 ***	3,72e-05 ***	2,63e-019 ***

Tabela 1: Resultados do MMQO e teste e da significância das variáveis

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

Coefficientes das variáveis explicativas significantes à *0,10p; **0,05p e ***0,01p.

Logo, temos a seguinte equação de regressão estimada:

$$IDHM_{it}^* = 0,0000 + 0,158058 Mrenda_{it}^* + 0,151110 IDHMlongevidade_{it}^* + 0,713549 IDHMeducação_{it}^* + \varepsilon_{it}^* \quad (3.5)$$

Atentando para o sinal dos coeficientes beta da regressão, verifica-se que todos – exceto o intercepto – apresentaram sinal positivo, portanto, a estimação dos coeficientes do modelo (3.5), com base nos seus parâmetros indicaram evidências de que as três dimensões do IDHM (renda, longevidade e educação) provocaram uma variação positiva no IDHM no período analisado.

A interpretação dos coeficientes beta, sugeriram que se os indicadores (IDHMs padronizado) das dimensões renda, longevidade e educação, ao aumentarem de 1 (um) desvio-padrão, em média, o IDMH aumentará em cerca de 15,8058%; 15,1110% e 71,354% em desvio padrão, respectivamente. Contudo, apesar das três dimensões (renda, longevidade e educação) impactarem positivamente para a formação do IDHM, percebe-se que a dimensão educação apresentou maior efeito em termos de desvio-padrão, Portanto, de forma geral, a dimensão educação tem contribuído com a maior impacto na formação do indicador sintético IDMH, no período analisado, sendo esta, portanto, diretamente responsável pela maior variação do indicador de desenvolvimento humano na Amazônia Legal.

Para testar a significância global do modelo, foram utilizados os testes do R^2 e o Teste F , e seu respectivo p -valor, conforme resultados na Tabela 2.

Testes	Valores da Estimação
R²	0,997215
R² Ajustado	0,996852
F (3, 23)	2745,280
P-valor (F)	1,63e-29

Tabela 2: Testes de Significância Global do Modelo pelo MMQO

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

Pelo critério do $R^2 = 0,997215$, podemos afirmar que, aproximadamente 99,72%

das variações na variável dependente – *IDMH*, são explicadas pelas variáveis independentes do modelo, *IDHMRenda*, *IDHMLongevidade* e *IDHMeducação*. Testando a significância pelo critério do teste F, para 99% de margem de confiança e 1% de margem de erro, com $F(3, 23) = 2745,280$ e $P\text{-valor}(F) = 1,63e-29$, cujas hipóteses são: $H_0: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = 0$ e $H_1: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 \neq 0$. Como o F calculado é maior que F tabelado (4,76488), rejeita-se a hipótese nula, ou seja, o modelo é estatisticamente significativo para explicar a variável dependente, a um nível de significância de $\leq 1\%$.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do desenvolvimento humano, os resultados mostraram que tanto para o IDHM geral, quanto para as subdimensões renda, longevidade e educação, ocorreu aumento nos valores absolutos.

Na análise de regressão linear com variáveis padronizadas, foi verificado um impacto positivo por parte de todas as dimensões componentes do IDHM (renda, longevidade e educação) no período analisado. Porém, considerando que esse valor do parâmetro mede o impacto em termos de desvio padrão, a dimensão de educação apresentou impacto em termos de desvio-padrão, de aproximadamente 72%, ou seja, foi a que menos contribuiu para formar o valor total do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Dessa maneira, essa dimensão necessita de uma maior atenção, principalmente de ações governamentais que visem melhorar os níveis educacionais no Território da Amazônia Legal.

Essa pesquisa apresenta procedimentos metodológicos valiosos, pois verifica o impacto de cada dimensão componente do IDHM, em termos de desvio padrão, de modo a investigar se as distribuições dos valores observados tendem a estar mais distantes ou menos do valor total (IDHM), por isso, a metodologia utilizada tem caráter inovador, já que os trabalhos nesse sentido são mínimos.

Essa análise colabora no direcionamento da ênfase que deve ser dada a dimensão que apresenta maior impacto na composição do índice total, no sentido de guiar para formulação de políticas públicas nessas dimensões mais dispersas, e que estrategicamente podem ser priorizadas, já que podem ser as principais responsáveis pela falta de harmonia entre as dimensões, e assim de um bom desempenho do indicador de desenvolvimento humano.

Cabe ressaltar que o IDHM Educação é a composição de dois subíndices que leva em conta a escolaridade da população adulta e jovem, contemplando os ciclos básicos da educação e não o ensino superior, desta forma, deve-se priorizar essas bases para contribuir com melhores comportamentos, e assim direcionar políticas para essas categorias.

A análise deste trabalho contribuiu para enriquecer a compreensão dos

fenômenos do desenvolvimento humano em escala territorial. Para tanto, deve haver uma significação fundamental e teórica da coleta de dados e de sua análise. Conforme orienta Veiga (2010) a análise do índice de desenvolvimento, deve ser feito com cautela para devidas análises, pois não é suficiente para alcançar integralmente toda a realidade socioeconômica. No caso do IDHM, o mesmo conselho é válido, já que disponibiliza uma ideia concisa sobre algumas das questões que merecem destaque na análise do desenvolvimento humano dos municípios. Prontamente, é significativo completá-los com a investigação de outros dados subjacentes, para uma visão mais holística e completa sobre as condições de vida na Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. **O índice do desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira** / Presidência da República. Brasília: MMA, 2008.

FREITAS, M. **Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2011.

LEITE, A. D. **Crescimento econômico. Experiência histórica do Brasil e estratégia para o século XXI**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIDIGAL, C. B. R. **Índice de bem estar econômico: uma proposta para os estados brasileiros**. Série BNB Teses e Dissertações nº 36. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acm Neto 46, 65

Administração pública 27, 34, 179, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 284, 285, 292, 297, 298, 306

Amazônia legal 14, 16, 20, 23, 24, 25

B

Bibliometria 290

C

Capital psicológico 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 306, 307, 308

Ciências sociais aplicadas 88, 266, 267

Comportamento organizacional positivo 290, 291, 293, 294, 300, 306

Comunicação 10, 111, 159, 214, 217, 255, 259, 265, 284, 285, 286, 288, 289

Consenso 52, 54, 71, 251, 255, 256, 259, 261, 263

Crescimento 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 59, 67, 68, 69, 73, 143, 148, 165, 224, 268, 274, 276, 277, 289, 307

D

Delitos sexuais 215

Desenvolvimento 1, 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 37, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 69, 72, 86, 89, 95, 97, 98, 99, 101, 128, 141, 147, 148, 154, 158, 174, 176, 177, 180, 184, 185, 188, 196, 206, 226, 234, 240, 251, 265, 271, 274, 281, 282, 287, 291, 292, 293, 294, 295, 306

Desigualdade 5, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 128, 129, 131, 134, 210, 211, 222, 231

Direito penal e violência obstétrica 197, 198

Direitos das mulheres 197, 198

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 43, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 95, 99, 100, 109, 111, 130, 133, 134, 140, 146, 149, 184, 195, 212, 214, 221, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 249, 251, 283, 290, 303, 306

Eficiência 9, 30, 35, 39, 43, 49, 167, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272

Empresas atrativas 137

Enfrentamento da pobreza 46, 48

Engenharia de produção 266, 267, 282

Epidemiologia 196, 205, 206, 213, 215, 223, 225, 234

Estomizados 236, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 248, 249

Estratégia 25, 52, 53, 55, 64, 83, 166, 184, 223, 231, 234, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 280, 281, 282

Exercício profissional 186

G

Gestão e mapeamento de processos 284

Guia descritivo de atividades 284

I

Industria cerâmica 267

L

Legalização 112, 113, 119, 122, 123

Longevidade 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24

M

Maus-tratos conjugais 205, 215, 226

Mediação 189, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 265

Mercado financeiro 267, 273, 275

Mulheres no mercado de trabalho 137, 140, 143

N

Negação de direitos 135, 151

O

Organizacional 49, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 150, 155, 266, 267, 271, 272, 273, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 300, 303, 306, 307

Ostomia 236, 239, 249, 250

P

Participação 9, 26, 27, 34, 49, 91, 92, 110, 138, 140, 156, 184, 185, 217, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 272, 280, 281, 286

Patriarcalismo 112

Pesquisa qualitativa 53, 102, 143, 236, 240, 249, 272, 283

Pobreza 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 129, 133, 135, 136, 237

Política da saúde 186

Precarização do trabalho 151, 153, 172

Psicologia positiva 290, 291, 293, 294, 307

Psycap 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 32, 138, 146, 197, 211, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 292

R

Renda 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 62, 63, 73, 79, 92, 134, 169, 170, 216

S

Saúde do trabalhador 151, 152, 153, 154, 157, 162, 163, 167, 168, 171, 172, 173

Serviço social 64, 126, 127, 136, 152, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 214, 309

U

União homoafetiva 112, 113, 114, 115, 117, 124, 125

V

Valores culturais 137, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 148

Violência 95, 131, 134, 135, 136, 178, 182, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Violência contra a mulher 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235

Violência de gênero 131, 197, 212, 213, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 233, 234

Violência doméstica 206, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 226, 230, 231, 233, 234, 235

Violência no parto 197, 198, 204

Violência obstétrica 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Violência por parceiro íntimo 205, 210, 214, 226, 231, 233, 235

 **Atena**
Editora

2 0 2 0